13º Seminário
do_co|mo|mo_
brasil
Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019

REFLEXÕES SOBRE O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA COMO EXPRESSÃO DA MODERNIDADE BRASILEIRA

História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil

Natália Dário Mendes Barros
Estudante de graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
nataliadmendesb@gmail.com

Resumo:
Este artigo tem o propósito de construir uma análise crítica da arquitetura moderna no Brasil, a partir de um evento significativo no projeto político de modernização de Belo Horizonte: a criação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Para se analisar a relação entre o ideário político de Juscelino Kubitschek e a arquitetura moderna de Niemeyer na Pampulha, é necessário compreender os ideais do governo do Estado Novo (1937-1945) – sob a figura de Getúlio Vargas, no âmbito federal – e o processo de consolidação da arquitetura moderna brasileira (1917-1945). A modernização da cidade de Belo Horizonte é analisada em consonância com as estratégias políticas e culturais de construção da identidade nacional. A expansão da cidade para o vetor norte com a criação, nos anos de 1940, de um complexo de turismo e de lazer na Pampulha, é uma espacialização do projeto político de Juscelino Kubitschek. Nesse sentido, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha é uma ação concreta materializada da dimensão simbólica da política e da expressão da nação moderna imaginada.
Palavras-chave: arquitetura, Conjunto Arquitetônico da Pampulha, Juscelino Kubitschek, modernização, política.

Abstract:
The present work has the purpose to make a critical and interpretative analysis of Pampulha Landscape and Architectural Complex. This article seeks to understand the relation between the political ideals of Belo Horizonte modernization – a project undertaken by Juscelino Kubitschek – and Niemeyer's modern architecture in Pampulha – an important neighborhood in the city. The analysis of political and cultural strategies of the Vargas Government, that had the national identity construction as an aim, is necessary in order to understand Belo Horizonte modernization. The city growth to North, in the 1940s, due to the construction of a tourism and leisure complex in Pampulha, is part of Juscelino Kubitschek political project. Thus, Pampulha Landscape and Architectural Complex is a concrete and materialized action that symbolizes the desired modern nation and the political aims.
Keywords: *architecture, Pampulha Landscape and Architectural Complex, Juscelino Kubitschek, modernization, politics.*

13º Seminário
do_co_mo_mo_
brasil
Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019

REFLEXÕES SOBRE O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA COMO EXPRESSÃO DA MODERNIDADE BRASILEIRA

Este artigo tem por objeto aspectos da construção histórica, cultural e política da maturação da experiência modernista no país, e investiga a relação entre a experiência arquitetônica e o ideário político desse tempo histórico, a partir da análise crítica e interpretativa da criação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha. O projeto de modernização de Belo Horizonte, empreendido por Juscelino Kubitschek (JK), está inserido em um contexto político mais amplo, que diz respeito aos objetivos do governo do Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas. A arquitetura moderna de Niemeyer na Pampulha, por sua vez, também não pode ser analisada desassociada do processo de consolidação da arquitetura moderna brasileira (1917-1945). Belo Horizonte é uma capital republicana de tempo histórico recente, visto que foi planejada em fins do século XIX, no lugar do antigo Arraial Bello Horizonte. O projeto desenvolvimentista de JK para a cidade é um desdobramento das estratégias políticas e culturais de construção da identidade nacional. (ORTIZ, 1985). Insere-se, nesse contexto, o objetivo de consolidação do Estado-nação e da formação da mentalidade de um “novo homem” do governo Vargas. (CAVALCANTI, 2001b). Nos anos de 1940, ocorre a expansão da cidade para o vetor norte, por meio da construção de um complexo de turismo e de lazer na Pampulha. O Conjunto Arquitetônico da Pampulha, além de ser a espacialização do projeto político de JK, é uma ação concreta materializada da dimensão simbólica da política e da expressão da nação moderna imaginada. (BAHIA, 2011). A nova estética da arquitetura corrobora com o ideal progressista de construção do futuro e da identidade modernizante.

O modernismo, para além de um movimento cultural surgido na Europa na década de 1920, desenvolve-se no Brasil com suas particularidades. A arquitetura moderna brasileira não se desenvolve como puro reflexo das vanguardas do hemisfério norte, pelo contrário, os conceitos formais e estéticos elucidados no exterior são reinterpretados e adequados a uma realidade e vivência brasileira. (CAVALCANTI, 2001b). Havia espaço e vontade no Brasil para que o movimento tomasse forma. Após a República Velha1 e a presença de influências europeias, os contextos econômico, cultural e político justificam o despertar do interesse por um projeto de modernização do país. O estudo do modernismo no Brasil, portanto, fundamenta-se a partir das conexões entre a vontade de se produzir o que viria a se chamar moderno, os interesses por trás das instituições financiadoras e sob quais preceitos teóricos e técnicos se desenvolve. Há três questionamentos que foram essenciais: “Por que a arquitetura modernista chamou tanta atenção dos poderes instituídos naquele período? ”, “Quais autores dessa arquitetura foram relevantes e se tornaram uma legenda nesse período? ”, “Quais as condições de partida do surgimento e consolidação dessa arquitetura nesse período de modernização? ”. Em vista disso, o artigo fundamenta-se na investigação de algumas das condições políticas e sócio históricas em que se desenvolveram, nos âmbitos local e nacional, as experiências arquitetônica e urbana e os processos constitutivos da noção de identidade, do ideal modernizante e dos princípios do nacional-estadismo.

A modernidade, categoria que evoca a crescente consciência do homem de sua racionalidade, de sua existência e da sua vontade de se sobrepor às leis da natureza tem seus embriões no Iluminismo do século XVIII e no Positivismo do século XIX. (BRANDÃO, 1999). No Brasil, todavia, é a partir do século XX que esta categoria entra em voga e tem, na década de 1930, uma relevância superior, uma vez que os processos de industrialização e urbanização se intensificam e surtem efeitos sobre o modo modernista de pensar e produzir o espaço. Em Belo Horizonte, por sua vez, durante a gestão municipal de Juscelino

[1] Período compreendido entre 1889 e 1930. No âmbito político é marcado pela alternância de oligarquias no poder e no econômico pela agricultura de produtos primários destinados à exportação (IGLÉSIAS, 1993).

Kubitschek, no início da década de 1940, observa-se um processo veloz de transformação e um projeto modernizante, com princípios estabelecidos pela racionalidade, instrumentalização técnica e ideal de progresso. O período de 1930 a 1945 é definido por conturbadas transformações nos âmbitos político, econômico, social, cultural e artístico. (BRUAND, 2012). Os novos rumos do país são traçados aos poucos e o tempo político e o arquitetônico são marcados por dicotomias. Na esfera política, objetiva-se a construção de uma identidade nacional que aglutine tanto a noção de memória como a de modernidade. Na esfera arquitetônica, por sua vez, há uma sincronia de tempos históricos distintos na mesma medida em que se almeja a concepção de uma linguagem artística e cultural nova. Este ideário apresentou desdobramentos nos âmbitos nacional e local e fundamentou a construção de diversos edifícios da época. Nesse sentido, o edifício do Ministério de Educação e Saúde (MES), construído em 1936, no Rio de Janeiro, representa um dos marcos inaugurais da arquitetura modernista e serviu como um primeiro modelo da nova arquitetura, de modo a abrir caminhos para próximas experiências modernistas como o conjunto urbanístico da Pampulha (1942-1943), na Capital de Minas. (CAVALCANTI, 2006).

O conjunto urbanístico da Pampulha (1942-1943) requer um exame crítico enquanto objeto de estudo por representar a maturação do modernismo na arquitetura e um marco do novo tempo em Belo Horizonte. (LEMOS, 1995). Na cidade planejada, que materializa e apresenta um ideal modernizante engendrado após a Proclamação da República (1889), o complexo da Pampulha carregou o simbolismo da construção de um Brasil do futuro e da renovação arquitetônica. (CAVALCANTI, 2001b). O projeto do complexo traça proximidades com o do MES, não somente estéticas, mas também das intenções simbólicas por trás destas construções. O MES, como um marco arquitetônico do modernismo brasileiro e símbolo do esforço renovador, demarca e elucida as caracterizações e comparações ao se estudar esse período. Em ambos os casos houve inúmeras investigações construtivas, pesquisas formais e inovações tecnológicas, enquanto estratégias dentro de um projeto de modernização e da busca de uma imagem “universalizante” de um Brasil moderno. Contudo, é preciso compreender as razões que justificam e legitimam, dentro de um contexto político ditatorial varguista e de uma modernização conservadora, o desenvolvimento de um conjunto de novas proposições éticas e estéticas e a legitimação da arquitetura brasileira como expressão simbólica desse ideal. (CAVALCANTI, 2006).

Com o propósito de apreender as relações entre o Estado e os principais atores da produção arquitetônica brasileira no processo de modernização de Belo Horizonte, foi fundamental a busca de fontes que tratam de forma mais densa a arquitetura modernista no Brasil e que elucidam o panorama político, econômico e sociocultural do período. Rigorosamente, os estudos que mais tiveram contribuição para o desenvolvimento deste artigo foram os livros *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, de Yves Bruand; *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura 1928-1960* e *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)*, ambos de Lauro Cavalcanti; *Ainda moderno?: arquitetura brasileira contemporânea*, de Lauro Cavalcanti e André Corrêa do Lago e *Arquiteturas no Brasil: 1900 - 1990* de Hugo Segawa. A partir desses e outros respaldos teóricos, o artigo se propõe a identificar e analisar o diálogo entre o discurso político e a formação de um vocabulário arquitetônico, dentro do contexto de um projeto modernizante no país. Nesta perspectiva, a investigação das relações, afinidades e divergências entre as ideologias do modernismo, do nacional-estadismo de Getúlio Vargas e do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek têm um papel importante no entendimento da nova linguagem arquitetônica, dentro de um cenário modernista nacional e internacional. (BAHIA, 2011). A organização do artigo se dá em três partes. A primeira, em que se discorre sobre as categorias de moderno – associados ao racionalismo e aos processos de urbanização e industrialização –, a segunda, em que se

avalia as causas e as características da corrente estética modernista da arquitetura brasileira e, por fim, a terceira, na qual se enfoca o Conjunto Arquitetônico da Pampulha.

Modernidade, modernização e modernismo

Modernização, *modernidade* e *modernismo* são palavras de mesma etimologia, todavia assumiram diferentes conotações conforme os tempos históricos e as mentalidades que condicionaram as reflexões. São termos que agregam profunda complexidade e uma noção de transitoriedade, de modo que uma análise atemporal está sujeita a equívocos, devido à metamorfose de valores no tempo e às diferentes consciências históricas que se processam. Ainda hoje são conceitos sujeitos à confusão teórica, quando submetidos a um estudo superficial. (BAHIA, 2011).

> (...) vários ideais e definições do "moderno" coexistiam nos anos 1920, às vezes coincidindo, às vezes conflitando: o funcionalismo e a "nova objetividade" de Hannes Meyer, o idealismo arrogante de Le Corbusier, o expressionismo controlado de Erich Mendelsohn, o primitivismo e a adoração da natureza de Wright. (CURTIS, 2008, p. 15).

O termo moderno, cuja origem se deve à queda do Império Romano, no século V, é compreendido, durante a Idade Média, associado paradoxalmente ao termo antigo. A dicotomia entre passado e presente define o moderno como tempo corrente que, no entanto, é condicionado pela mentalidade medieval, a qual se orienta pelo passado e não pelas noções de presente ou futuro. (BAHIA, 2011). No século XVI, a classificação dos tempos históricos em antigo, medieval e moderno contribui para o início de uma nova interpretação do termo. A experiência do Iluminismo, no século XVIII, contribuiu para que o termo moderno assumisse uma conotação crítica, uma vez que explorou o questionamento dos paradigmas até então em voga. Sendo assim, o termo é entendido sob o contexto em que a tradição é contestada, todavia ainda não é refutada, dissolvida ou superada em função de uma nova maneira de se fazer, pensar ou planejar. Os séculos XIX e XX, em especial devido ao advento da Revolução Industrial, mas também às diversas transformações nos âmbitos político, econômico e social, evidenciam a modernização, enquanto processo social e urbano que altera o moderno, de modo que se distancia do passado e de padrões estabelecidos, e caminha em direção a novos princípios, intenções e soluções. (CURTIS, 2008).

> O conceito de modernização refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas, etc. (HABERMAS apud BAHIA, 2011, p. 28)

O processo de modernização foi engendrado, no Brasil, a partir da Proclamação da República (1889), uma vez que "uma nova concepção de cidade, aliada a ações de recuperação e planificação, inspirada nos espaços urbanizados da Europa e dos Estados Unidos, começou a surgir no país" e "a ideia de progresso, industrialização e vida moderna tornou-se uma obsessão para a burguesia em constituição". (BORGES, 1998, p. 80). A modernização se pretende um processo "universalizante" e em constante dinamismo, que procura a atualização da sociedade por meio da formação da modernidade, enquanto sentimento de vida urbana. O novo modo de produção, a mecanização do trabalho, a globalização do mercado (sistema capitalista), os avanços tecnológicos e industrializantes, o crescimento demográfico e urbano;

em resumo, os frutos do processo da modernização resultam em um novo modo de vida urbano: a modernidade.

> Podemos dizer que a grosso modo a modernidade conheceu três ciclos estéticos: o primeiro, em torno de 1800, quando Schlegel e Madame de Staël teorizaram sobre o romantismo, em oposição ao classicismo; o segundo, por volta de 1850, em que Baudelaire refletiu expressamente sobre o conceito de modernidade na arte e em que começaram a surgir estéticas pós-românticas; e um terceiro, por volta de 1900, em que surgiram as vanguardas contemporâneas, de Appolinaire a Tristan Tzara, Breton, Proust e Joyce, de Gropius e Adolf Loos a van de Rohe e Le Corbusier, de Picasso a Kandinsky, etc. Esse terceiro ciclo é o que chamamos de modernismo. (ROUANET apud BAHIA, 2011, p. 30)

A modernidade, enquanto tempo histórico, evidencia o fenômeno da modernização, enquanto processo, o qual provoca o modernismo (Modern Style), enquanto movimento artístico e cultural do século XX. O movimento se expressou sob a figura de diversas áreas: literatura, música, pintura e arquitetura, sendo Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Mies van der Rohe, alguns dos importantes nomes. O modernismo, que surgiu no contexto das grandes guerras mundiais, emergiu da necessidade de uma renovação formal, negação das normatividades e atualização das ideias a uma nova sociedade industrial e urbana, cujos problemas a se solucionar também são outros. Foi uma revolução estética e ética, que no caso da arquitetura objetivou a substituição de academicismos, em especial o ecletismo, por um estilo autêntico à modernidade. (BAHIA, 2011).

As particularidades da experiência arquitetônica modernista no Brasil

A partir do ano de 1930, uma série de transformações sociais e políticas ganham palco num curto espaço de tempo. Sem dúvida o ano engendrou um novo curso na história do país. As perturbações advindas da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e da grande crise de 1929 foram fatores que influenciaram na intensificação do processo industrializante do país. Tendo em vista o cenário econômico mundial e a falência do modelo agroexportador das oligarquias, o investimento do Brasil no desenvolvimento de indústrias nacionais era uma demanda inevitável, uma vez que não haveria mais como sustentar-se a partir de uma dependência da importação de produtos manufaturados. O avanço das indústrias nacionais está intimamente correlacionado aos substratos materiais ofertados em solo brasileiro, ao contingente populacional e, como não poderia deixar de ser, à nova arquitetura. (BRUAND, 2012).

O crescimento da industrialização nacional acelerou o processo de urbanização, uma vez que o cenário da nova organização das atividades comerciais e financeiras ditou maior tendência de migração de populações da área rural para a urbana. A falência do modelo agroexportador da aristocracia rural não somente impõe ao país de economia primária a necessidade inevitável de se industrializar, como inaugura a transferência do monopólio econômico da aristocracia às mãos da burguesia. (SEGAWA, 2014). Em vista disso, o Brasil apresenta-se em considerável vantagem se comparado com os países europeus, uma vez que enquanto no exterior a crise representou diminuição do mercado consumidor devido à decaída das importações, no Brasil tem-se o crescimento do mercado interno, de modo que a produção arquitetônica encontra menos obstáculos do âmbito financeiro. (BRUAND, 2012).

O extenso território brasileiro, ainda com potencial para a ocupação e para o crescimento urbano, também contribuiu para a propulsão dessa renovação cultural e produção

arquitetônica. As mudanças se estendem para além e tiveram impacto no trabalho, vida urbana e mentalidade brasileira. O latente desejo por mudança leva à negação das estruturas urbanas coloniais e se pretende a reordenação das cidades sob uma lógica estruturante moderna, que abarque o modelo industrializante e que atenda à crescente demanda populacional. A produção também se altera nesse sentido, uma vez que é influenciada por uma visão racionalizada e modernizante. Almeja-se uma nova arquitetura, que corresponda às transformações - do modo de produção agrário para o industrial, da economia cafeeira para a industrial, da política oligárquica para a republicana - que se deram no início do século XX e que ilustre o pensamento progressista em voga. (SEGAWA, 2014).

Em 1927, Le Corbusier formulou embasamento teórico envolvido no novo modo de pensar e produzir arquitetura, conhecido como os *Cinco Pontos para uma Nova Arquitetura*, o qual contemplava alguns preceitos, dentre os quais, pilotis: sistema de pilares que eleva o edifício do solo e permite, assim, o uso público desse espaço para trânsito de pessoas e automóveis; planta livre: independência entre estrutura e vedação, de modo que se permite maior flexibilidade na alocação das paredes e mais possibilidades na organização espacial; fachada livre: pelo mesmo princípio da planta livre há uma liberdade projetual maior, o que leva ao próximo ponto; janela em fita, de modo a se explorar iluminação, vistas e relação com a paisagem; e, como quinto ponto, o terraço jardim, de modo a se tornar habitáveis as coberturas, antes subutilizadas como telhados. (MACIEL, 2002). Embora há algumas características dos âmbitos técnico, metodológico e formal que são reconhecidas enquanto princípios modernistas, o modernismo no Brasil assumiu particularidades, de modo que não reproduziu a produção vanguardista europeia.

A nova arquitetura, tanto nacional quanto internacionalmente, foi fundamentalmente o casamento entre funcionalismo, uma vez que se pretende a definição de um programa de necessidades anterior ao projeto; racionalidade construtiva, utilizando-se de novas técnicas e novos materiais - em especial, o concreto armado - e uma intensa plasticidade, decorrente de inúmeras pesquisas formais, em busca de uma nova estética, coerente ao novo tempo e aos avanços técnicos. A Arquitetura Moderna valoriza, em contraponto ao Neocolonial[2], o edifício como esqueleto, ou seja, enquanto um organismo construtivo cuja função estrutural é capaz de unir equilíbrio, razão e estética, sendo que o próprio material é reconhecido como parte da imagem escultural do edifício. Nesse sentido, as formas são indissolúveis da técnica, de modo que o projeto arquitetônico se constitui na resolução simultânea das concepções estrutural e plástica. (BRUAND, 2012).

É visível, especialmente pela atuação de Le Corbusier no Brasil, o papel que tiveram as vanguardas estrangeiras, uma vez que a introdução dos conceitos modernistas no país se deu graças à grandes figuras do contexto europeu que migraram ou visitaram o Brasil no período e também devido ao fato de que alguns artistas brasileiros tiveram a oportunidade de

[2] O Neocolonial foi um movimento arquitetônico cujo apogeu data da década de 1920, após, portanto, a Primeira Guerra Mundial. A repercussão do Neocolonial e a conquista de espaço desse estilo dentre obras públicas monumentais deveu-se especialmente à atuação de seus principais defensores: o engenheiro Ricardo Severo (1881-1946) e o médico e historiador de arte José Mariano Filho (1881-1946), que foi o responsável inclusive por nomear o estilo. Ricardo Severo fundamenta o estilo sob o anseio de um "tradicionalismo revolucionário". Argumenta-se que a busca deve ser por uma nova arquitetura cujo repertório formal se sustente no retorno a um passado legítimo que expresse a nacionalidade colonial. Originado no campo da arquitetura residencial e favorecendo a uma sociedade elitista, não tardou a se popularizar e a ser difundido em edifícios de uso coletivo e de atividades institucionais. Segundo Segawa (1998, p. 38-39): "O neocolonial, na prática concreta, afigurou-se como uma variação do ecletismo no que busca eleger um "estilo" mais adequado para o fim que se tinha em vista, num contexto ainda de desconcertantes dilemas sobre a nova arquitetura do século 20".

estudar na Europa e assimilar as propostas do modernismo. Ademais, a vinda de alguns arquitetos como a do francês Alfred Hubert Donat Agache , a do italiano Marcello Piacentini e, inclusive, a de Charles Edouard Jeanneret-Gris, conhecido como Le Corbusier , estiveram relacionadas ao fato de que o nascente mercado estatal brasileiro estava em crescimento e o oferecia maiores oportunidades do que o europeu, que já tinha um campo arquitetônico consolidado e dominado pelas escolas tradicionais e havia sido afetado, de forma mais drástica, pela crise econômica decorrente da I Guerra Mundial. (CAVALCANTI, 2001b).

Embora tanto em um contexto internacional quanto nacional o modernismo se contrapunha ao academicismo, se por um lado na Europa as vanguardas se voltavam ao primitivo e ao arcaico, no Brasil, por outro lado, houve a particularidade de que o primitivo se traduz como as raízes nacionais. Tanto a arte quanto a arquitetura modernistas brasileiras pautam-se na necessidade de construção simultânea da nacionalidade e da modernidade, sendo que na arquitetura isso direcionou à valorização do século XVIII, em detrimento ao “esquecimento” do século XIX. Isso inclusive teve reflexo em como as políticas de preservação do patrimônio surgiram e evoluíram no país, uma vez que houve a particularidade de que a preocupação com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico nasceu não de setores conservadores, mas sim de alguns intelectuais modernistas. Ademais, no Brasil, o Governo considerou a prática de conservação e valorização do passado de grande importância política no sentido da criação de um ideal de nação, de modo que demonstrou envolvimento desde o princípio. (CASTRIOTA, 2009). Para os modernistas brasileiros, em que há o casamento da tradição com a busca do novo, as raízes nacionais ligam-se intimamente à arquitetura colonial e barroca do século XVIII, por meio do discurso de nela encontrar lições quanto à prática construtiva e uso do material que contribua na formulação de um projeto nacional que também pretende conter a simplicidade, austeridade e pureza da produção do século XVIII. Por esses modernistas o Estado de Minas Gerais, especialmente a cidade de Ouro Preto, é “redescoberto” e o barroco local revalorizado enquanto manifestação cultural genuinamente brasileira. (CASTRIOTA, 2009).

A intenção da arquitetura modernista brasileira era a de formação de uma nova linguagem, de novos conceitos e de novas formas de representação e, a partir da interpretação antropofágica dos preceitos internacionais em diálogo com uma proposta nacionalista, os projetos casavam a vanguarda erudita com elementos tradicionais e populares. Ademais, o contexto político e social da nova arquitetura no Brasil implicou o sentido simbólico que os projetos imprimem a partir da monumentalidade, plasticidade, riqueza decorativa - vista especialmente nos efeitos de cor e integração com as demais artes (escultura, pintura, cerâmica) e no trabalho de novos elementos - e no uso de materiais locais. Almeja-se que os projetos personifiquem as marcas da modernidade, principalmente nas obras públicas, as quais tiveram grande importância na história do movimento em âmbito nacional. Como aponta Lauro Cavalcanti (2001b, p.13-14):

> O Brasil atravessava, na década de 1930, um momento de certa pujança econômica, notabilizando-se um esforço governamental no sentido de sua ‘modernização’. O governo de Getúlio Vargas desejava imprimir sua marca nas formas do Rio de Janeiro e elege como uma de suas prioridades a construção de palácios para abrigar a sede dos ministérios e órgãos públicos da nova administração. A conquista de um mercado estatal era absolutamente fundamental em um país no qual as elites e empresas privadas apenas adotavam um estilo depois que tivesse sido experimentado e aprovado em obras públicas.

Todavia o Brasil, desde a Missão Francesa, tenha sido contundentemente influenciado especialmente pela França, dentre os países da Europa, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, o intercâmbio arquitetônico entre o país latino-americano e os Estados Unidos foi um marco importante na consolidação do estilo no Brasil e na "afirmação de sua independência e autonomia em relação aos modelos europeus iniciais" (CAVALCANTI, 2001b, p.15). Foi nesse contexto que surgiu, ademais, a geração de arquitetos, os quais desenvolveram linguagens particulares, com o trabalho das formas geométricas e dos volumes com características autóctones, procurando atingir a plasticidade, dentre outros fatores, por meio do apelo estético do concreto armado e exploração de sua flexibilidade escultural, trazendo sensação de leveza às obras. (BRUAND, 2012).

A expressão simbólica do futuro e da modernidade na experiência arquitetônica da Pampulha

A proclamação da República (1889) suscitou uma série de transformações políticas e socioeconômicas que culminaram na condição fundamental de superação do passado colonial diante da construção do novo para assegurar o futuro. Na gênese da criação da cidade planejada estava o processo de modernização engendrado pelo Estado. A planificação da nova capital de Minas Gerais, assim como a de outras novas capitais, esteve diretamente associada ao encargo do poder estatal de compatibilizar o conteúdo e a aparência das cidades aos valores culturais e ideológicos da República. A escolha da transferência da antiga capital colonial Ouro Preto para a nova cidade planejada é emblemática do anseio por mudança, de destituição do passado imperial e formação de uma nova estrutura urbana capaz de simbolizar a ideia de progresso, industrialização e vida moderna do período republicano. (LEMOS, 1995).

Em 1987, foi inaugurada Belo Horizonte, cidade arquitetonicamente marcada pelo estilo eclético, no intuito de inferir modernidade e progresso; em contraponto com o estilo de época colonial, que evocava a ideia de retrocesso. Nos anos 1930, o Brasil vivenciou transformações socioeconômicas, uma nova organização da sociedade e um rearranjo político marcado pela chegada de Getúlio Vargas ao poder, cujo governo objetivou a formação de um Estado Nacional Moderno. Ademais, esse período veio acompanhado de uma renovação cultural no país. O edifício do MES no Rio de Janeiro foi um marco arquitetônico do modernismo brasileiro e reflete a intenção do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de que a sede de seu ministério simbolizasse o Brasil do futuro e se incumbisse da formação do novo homem brasileiro – uma das principais preocupações do presidente Getúlio Vargas. A criação da Pampulha e a construção de um complexo paisagístico e arquitetônico na região, por sua vez, foi fruto do interesse do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitscheck, de que sua administração fosse reconhecida pelo signo da modernização. (LEMOS, 1995).

A Pampulha, no início do século, era uma área de fazendas e glebas, mas que ao receber a atenção do poder público foi pensada como estratégia de renovação, e, por isso, abrigaria um complexo de turismo e lazer sob a estética moderna. A região seria transformada de uma área de expansão agrícola para um polo de expansão urbano rumo ao progresso e ao futuro. Juscelino Kubitschek, através do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, delega ao arquiteto Oscar Niemeyer a função de planificar o conjunto da Pampulha. O projeto, que consistiu em quatro edificações construídas à beira da lagoa artificial – sendo elas: Cassino, Iate Golfe Clube, Casa do Baile e Igreja São Francisco de Assis – recebeu a colaboração de outros profissionais, dentre eles o paisagista Roberto Burle Marx, o pintor Cândido Portinari e o escultor Alfredo Ceschiatti. Embora as edificações evidenciem a influência de Le Corbusier em alguns princípios racionalistas adotados, é notável que o jovem arquiteto Niemeyer explorou, de forma revolucionária, as possibilidades plásticas do concreto armado. As decisões de projeto – que envolveram uma estrutura independente, colunas, paredes de vidro,

marquises e brise-soleil – para além de uma adequação da experiência internacional à realidade nacional, denotaram o surgimento de uma linguagem cosmopolitamente brasileira. Não obstante, a Pampulha e a inauguração do conjunto se tornaram marco da ação inovadora do poder público, da construção de uma identidade nacional e do novo tempo na Capital, materializado em uma arquitetura modernista. (CAVALCANTI, 2001b).

Assim como o projeto do Ministério da Educação e Saúde, cada edificação do complexo da Pampulha carregou o simbolismo da construção de um Brasil do futuro, dentro de um programa de modernização do Estado. O Cassino (1942) foi concebido a partir de três blocos interligados, em uma combinação entre volumes curvos e planos, vazios, transparências e oposição de materiais. A marquise de forma livre e irregular harmoniza com a ortogonalidade das colunas e funde leveza ao peso do concreto. A planta do edifício garante equilíbrio pela alternância de retas e curvas e cheios e vazios. O Iate Clube (1942) consiste em dois blocos de planta retangular, cuja inclinação da laje possibilitou o efeito ótico de movimento da fachada, além de que se mostrava mais adequada ao clima tropical do que a laje plana. À época era importante uma justificativa, a qual consistiu no escoamento da água e nas possibilidades de alturas no interior da edificação. Igualmente por um funcionalismo, o uso de brise-soleils se deu nas fachadas que necessitavam de uma maior proteção à incidência solar. O tratamento paisagístico foi valorizado pelas paredes de vidro, as quais também permeabilizam a transição entre exterior e interior. A edificação como um todo evidencia a maturação da pesquisa de novas formas. (CAVALCANTI, 2001b).

A Casa do Baile (1942), destinada a festas populares, foi concebida como um volume cilíndrico implantado numa ilha. As curvas da borda da lagoa são evocadas pelo seu perfil ondulante e sinuosa marquise. A natureza é emoldurada e valorizada através de uma estrutura que ecoa curvas, leveza e transparência e combina o uso de vidro, concreto, azulejo, tijolo vazado e brise-soleils. O uso da laje plana de forma irregular se tornou um dos ícones do modernismo brasileiro. O projeto da Igreja de São Francisco de Assis (1943), por sua vez, foi concebido por uma cobertura em arco, na qual o concreto armado explorou uma potencialidade plástica e estrutural inovadora, de modo a suscitar flexibilização da forma. A parte interna da Igreja traz um jogo de luz, devido às portas de vidro, que promove um contraste entre o revestimento de madeira que recobre a nave e o afresco com a imagem de São Francisco, pintado por Cândido Portinari. A liberdade criativa que a arquitetura atingiu devido ao aprimoramento da nova técnica e pela integração com as demais artes revolucionou a história da construção. (CAVALCANTI, 2001b).

A Pampulha marcou uma maturação do modernismo e expôs visualmente o projeto político do poder público, em que se almejava um Brasil do futuro e uma identidade nacional, simbolismo esse materializado nas formas revolucionárias do complexo. Todavia, esse passo de inovação não foi amplamente aceito, sem provocar espanto e resistência. No caso da Igreja, as suas formas ondulantes e os painéis de Portinari foram razão para que não fosse consagrada pelo arcebispo, de modo que ficou fechada durante anos. Ainda assim, é expressiva a importância que o modernismo atingia nesta fase, uma vez que a Igreja, embora tenha sido impedida de realizar cultos religiosos durante um período, não foi demolida e constitui parte fundamental da história do movimento moderno na arquitetura brasileira. (CAVALCANTI, 2001b). Dito isso, se por um lado o MES representa uma das construções mais emblemáticas para a história da arquitetura moderna no Brasil e evidencia um primeiro momento de inovações estéticas e simbólicas, o complexo da Pampulha, por sua vez, indica um lugar de maturação da arquitetura moderna, em que se une tradição e modernidade e se fortalece o discurso de identidade nacional.

Considerações finais

De acordo com o exposto acima, vale concluir que essas experiências vinculadas à Era Vargas e, especificamente, na presença de Juscelino Kubitschek em Minas Gerais, a arquitetura modernista a seus termos respondeu de maneira diferenciada aos anseios do Estado, quer seja no âmbito federal, quer seja no âmbito local, ou seja, o caso mineiro. Nesses arcabouços não é difícil identificar a relação simbólica entre Estado, arquitetura e sociedade. Modernidade, modernização, renovação da paisagem, elucidação de memória e, consequentemente, a instituição de identidades convergem para uma ideia de país e de localidade materializada na paisagem urbanística e arquitetônica e suas repercussões. (LEMOS, 1995). O modernismo foi uma manifestação artística e cultural que surgiu na Europa, no cenário pós-guerra, acarretou uma mudança de visão de mundo e provocou também uma revolução estética e ética no campo arquitetônico. Nesse sentido, é curioso, no Brasil, a maneira em que, nas diversas escalas, a arquitetura, o paisagismo e o urbanismo se deixam revelar como ancoradouros simbólicos que atribuem sentido a um país que busca sua independência e sua autonomia frente à internacionalização do capital em seus diversos estágios de desenvolvimento.

O ideário moderno, o qual envolve crença na racionalidade e no progresso técnico, implicou inúmeras investigações construtivas, pesquisas formais e inovações tecnológicas. O projeto político de modernização aconteceu em várias esferas. No Brasil, o contato com as vanguardas europeias contribuiu enquanto influência na renovação cultural, mas não como fator determinante das características que marcaram o movimento nacional. Diferentemente da Europa, em que o modernismo supõe o rompimento radical com o passado, o movimento brasileiro apresenta uma relação com a tradição. Se por um lado, tanto internacional quanto nacionalmente, promoveu-se a crítica exacerbada à arte acadêmica, foi no Brasil que, devido à valorização das origens e à busca de raízes, a questão da identidade nacional ganhou relevância. Como a arquitetura apresenta formas materializadas no espaço, os princípios modernistas são reconhecidos e incorporados pelos sujeitos; a associação entre poder público e a ótica da modernidade também se dá pela internalização da imagem concreta, solidificada nas edificações.

O edifício do MES simbolizou o esforço renovador e a atuação governamental voltada ao futuro do Brasil e à formação do novo homem brasileiro, condizente com o novo tempo e não mais limitado ao passado colonial. Reconhecia-se na linguagem arquitetônica modernista os princípios de ordem, racionalidade e crença no futuro necessários a tais fins. (CAVALCANTI, 2001b). O Conjunto Arquitetônico da Pampulha, por sua vez, é a maturação desse conjunto de iniciativas voltadas para a consolidação de uma nova dimensão estético-cultural para o país. Este quadro configurou tanto a modernização de Belo Horizonte quanto o Conjunto e é evidenciado em aspectos como forma livre, uso público e virtuosismo estrutural. (BAHIA, 2011). A Pampulha ergue-se como símbolo da modernidade na materialização concreta dos preceitos arquitetônicos modernos, na dimensão das relações de poder expressas na monumentalidade e estética de seus edifícios e na dimensão de escala e poder. Tal condição confere à capital mineira uma representação da modernização em dicotomia com o assim atribuído “provincianismo” reinante na capital mineira.

Todas essas experiências contribuem para uma melhor compreensão dos interesses políticos do Estado em seus níveis respectivos e, ao mesmo tempo, notifica-se uma busca pela aceleração da implantação de um arcabouço moderno que pudesse representar uma condição sincrônica propositiva com os demais centros difusores dessas ideias e precursores dessas iniciativas. (LEMOS, 1995). O vocabulário modernista teve um papel importante na construção da nova mentalidade do homem brasileiro. Há um poder simbólico agregado à produção arquitetônica, ideologias e concepções, como a criação da imagem de país do futuro, industrializado e de força nacional, penetram por meio de traçados retos, geometrias das construções, projetos. Apesar das diversas contradições, críticas e equívocos que o

modernismo arquitetônico e urbanístico carrega, há de se convir o quão inovador este movimento se tornou e, neste contexto, na atualidade, alcança a condição de legado pleno de contribuições e discussões ainda a serem desenvolvidas.

Referências

BAHIA, Denise Marques**. A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. 2011. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

BAUDELAIRE, Charles; DUFILHO, Jérôme; TADEU, Tomaz. **O pintor da vida moderna**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 151 p.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999. 240p.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2012. 5ª edição.

BRANT, Juliano Nemer Caldeira; KAPP, Silke. **A construção social do campo da Arquitetura Moderna em Belo Horizonte**. 2012. 150f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-979J2P>. Acesso em 01 fev. 2019.

BOLTSHAUSER, John. **Noções de evolução urbana nas Américas**. 1968. Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CALDEIRA, Webbert Soares; LEMOS, Celina Borges UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Uma arqueologia do modernismo brasileiro**: o discurso da arquitetura nos seus fragmentos textuais e múltiplos vetores que compõem o seu acontecimento. 2007. 427f. : Dissertação(mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-979J2P>. Acesso em 01 fev 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 379 p. ISBN 9788574199870.

CAVALCANTI, Lauro. **Ainda moderno?**: arquitetura brasileira contemporânea/ textos de Lauro Cavalcanti, André Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CAVALCANTI, Lauro Pereira [org.]. **Quando o Brasil era moderno**: Artes Plásticas no Rio de Janeiro 1905 – 1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001a.

CAVALCANTI, Lauro Pereira [org.]. **Quando o Brasil era moderno**: guia de Arquitetura 1928 – 1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001b.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e Brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CURTIS, William J. R. **Arquitetura moderna desde 1900**. Tradução Alexandre Salvaterra. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ELSEN, Albert Edward; LANE, Bárbara Miller; MOOS, Stanislaus von. **La arquitectura como simbolo de poder**. 2. ed. Barcelona: Tusquets, 1978. 170, [6] p.

FRAGA, André Barbosa; GOMES, Ângela de Castro. **Os heróis da pátria**: política cultural e histórica do Brasil no governo Vargas. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012_Andre_Barbosa_Fraga.pdf> Acessp em 14 mar. 2019.

GATTI, Luciano. **Experiência da transitoriedade**: Walter Benjamin e a modernidade de Baudelaire. Kriterion, Belo horizonte, v. 50, n. 119, p.111-222, jun. 2009.

GUERRA, Abilio [org]. **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira**: v.1. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 316 p. : il. (Coleção RG bolso; 1).

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. 1. ed. Martins Fontes, 1999. 272p.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil**: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897-1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

LEMOS, Celina Borges. **História da arte, da arquitetura e da cidade**: Neoclassicismo ao Funcionalismo (ACR020): disciplina obrigatória do 3° período do curso diurno de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, 1° semestre de 2016. Notas de aula.

LEMOS, Celina Borges. **Three City Plans in Brazil** - The Modernization of spaces as a Policical Symbol of the Republican State. The Journal of Decorative and Propaganda Arts, New York, p. 118-238, 1995.

LIMA, Júnia Maria Ferrari de; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Dispositivo urbanismo**: entre a governabilidade e a resistência. 2017. 220 p., enc. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AS2GFG>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MACIEL, Carlos Alberto. **Villa Savoye**: arquitetura e manifesto. 2002. Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.024/785>. Acesso em 14 fev 2019.

MARQUES, Juliana Cardoso; LEMOS, Celina Borges. **Às armas e às artes**: o espaço sob a tensão da ruptura ou uma reflexão sobre a questão da política e a produção arquitetônica na modernidade . 2016. 88 f., enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MMMD-ABCMHG>. Acesso em: 01 fev. 2019.

OSTROWER, Fayga Perla. **Universos da arte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1983.

SANTOS, Paulo F. Arquitetura Neoclássica e Romântica. In: **Quatro Séculos de Arquitetura**. Ed. IAB. Rio de Janeiro, 1981.

SEGAWA, Hugo**. Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.